

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO

Projetos de Leis em andamento, referentes a nossa classe.

Projeto de Lei n. 1.358/1950

"Cria a comarca de Santo André e fica classificada em terceira entrância".

Projeto de Lei n. 217/1950

"Criando o 1.º e 2.º subdistritos de Andradina".

Projeto de lei n. 1.080/1950

"Extingue, por vacância, por falecimento, desistência, ou aposentadoria dos respectivos Serventuários, as Circunscrições do Registro de Imóveis nas comarcas de Assis e Paraguaçu Paulista, respectivamente pelos decretos ns. 10.114 e 10.115, de 14 de abril de 1939".

Projeto de Lei n. 1.257/1949

"Dispõe sobre a estabilidade e prerrogativas dos escreventes de cartórios em geral e dá outras providências".

Projeto de Lei n. 196/1950

"Revoga o Dec. Lei n. 10.719, de 27 de novembro de 1939, e artigo 54, do decreto lei n. 10.875, de 30 de dezembro de 1939 (estes decretos leis foram os que criaram o pagamento da lotação dos cartórios)"

Projeto de Lei n. 1.087/1950

"Assegurando aos serventuários escreventes, fiéis de cartório, oficiais de justiça e demais auxiliares da Justiça, não estipendiados pelos cofres públicos, o direito de gozarem licença especial para tratar de seus interesses particulares, nos termos da lei n. 250 e das outras providências".

Projeto de Lei n. 908/1950

" Extende aos serventuários da Justiça, em geral, as vantagens de que trata o Decreto-Lei n. 17.008 5 de março de 1947 e a lei n. 250, de 3 de março de 1949 (licença Especial)".

Projeto de Lei n. 219/1949

"Dispõe sobre alteração do Regimento de Custas e Emolumentos dos Serventuários de Justiça".

Projeto de Lei n. 1.086/1950

"Reduzindo para 25 anos, o tempo de serviço, para o efeito de aposentadoria, dos serventuários, escreventes e demais auxiliares da justiça, enquadrados na Lei n. 465, de 28 de setembro de 1949".

Projeto de Lei n. 958/1950

"Dispõe sobre os serviços da justiça, na Comarca da Capital e estabelece outras providências".

Projeto de Lei n. 977/1950

"Cria na Capital do Estado a Vara das Execuções Criminais, desmembrando da Vara do Tribunal do Júri.

Projeto de Lei n. 602/1950

"Isentando os serventuários e demais auxiliares da justiça, para fins de aposentadoria, do pagamento de 5% sobre o vencimento base e dá outras providências".

Projeto de Lei n. 1.094/1950

"Assegurando aos serventuários que em 1947, já contavam mais de 30 anos de serviço público, o direito de indicarem sucessor vitalício".

Projeto de Lei n. 1.253/1949

"Cria no Instituto de Previdência do Estado, a Carteira de Pensão Vitalícia, aos herdeiros dos serventuários de Justiça e demais funcionários do Estado e dos municípios.